

CLIPPING

COORDENADORIA DE IMPRENSA DO TJPA coordenadoria.imprensa @tjpa.jus.br - (91) 3205-3256 / 3274



REPÓRTER Abaixo à escravidão MPT e Justiça do Trabalho apoiam programa piloto da Comissão Pastoral da Terra, que visa o combate ao trabalho escravo.

> TJPA SUSTENTABILIDADE

O Núcleo Socioambiental do Tribunal de Justiça do Pará (TJ-PA) lançou nesta quinta-feira, 10. uma publicação, intitulada #Ecodicas, com ideias sustentáveis para o ambiente de trabalho. A publicação traz lembretes úteis para o uso consciente de recursos como água, energia elétrica, papel e dicas para descarte e reciclagem de residuos.

EMPOUCASLINHAS

- O conselheiro do Conselho Nacional de Justiça, Mário Augusto Guerreiro, é um dos palestrantes do "Seminário da Cooperação Judiciária na Justiça Eleitoral e Resolução N° 350/2020".
- O evento, promovido pelo Tribunal Regional Eleitoral do Pará, será híbrido (presencial e remoto) na manhã de hoje.
- Os atendimentos de conciliação feitos pelo Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) por meio dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejuscs) continuam funcionando, mas agora totalmente online, dispensando a presença das partes envolvidas.
- Implantado em todas as comarcas do Pará, o Cejusc Virtual Paraense começou como medida de contenção à pandemia da covid-19, mas se tornou solução para as demandas que só precisam de uma sessão de conciliação ou mediação.

CLIPPING DE NOTÍCIAS DO TJPA

SEMANA

TRT realiza ações sustentáveis

DA REDAÇÃO

Hoje (11), o Tribunal Regional do Trabalho da 8º Região (TRT8) promove uma oficina abordando os temas no encerramento do evento da 2º Semana de Responsabilidade Socioambiental com os instrutores Mateus Lima e Samantha Chaar, A oficina tem duração de aproximadamente uma hora e será transmitida pelo canal da JT8 no Youtube. O objetivo do evento é praticar a sustentabilidade, gerar menos impacto ambiental para o meio ambiente e incentivar as pessoas a se preocuparem mais com a natureza. De acordo com Samantha Chaar, a compostagem doméstica e a reciclagem dos resíduos orgânicos ajudam a fechar o ciclo dos nutrientes, o residuo que foi transformado em adubo veio da terra e volta para ela como fonte de nutrientes, nesse sentido, a oficina de compostagem doméstica complementa à criação de uma horta doméstica, pois o adubo

gerado da compostagem alimentará a horta que a pessoa possui em casa. "A expectativa para o evento é de poder dividir com o público que assiste nossas experiências e fomentar essa relação entre as pessoas e o meio ambiente. Em tempos como esses, servir à vida de pequenas ou grandes formas, já é um motivo para continuar seguindo em frente", concluiu Chaar, que é formada em Contabilidade, atuou por nove anos no gerenciamento de projetos cientificos na Universidade Federal do Pará e prestava consultoria contábil à projetos culturais gerencia. Atualmente, ela gerencia o próprio empreendimento, o restaurante Eco Sushi Lounge, - que possui como grande bandeira a preservação do meio ambiente, cuja a estrutura do local é ecologicamente correta.

WEBINÁRIO

Foi realizada na última quarta-feira 9, com transmissão ao vivo pelo Youtube da JT8, o Webinário "Sustentabilidade: Um caminho para a construção de um novo futuro", marcando o segundo dia de programação da 2ª Semana da Responsabilidade Socioambiental do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região. PANORAMA

8ª REGIÃO

Tribunal do Trabalho emposssa desembargador

DÉBORA SOARES

DA REDAÇÃO

O Tribunal Regional do Trabalho da 8º Região (TRT8) empossou na quartafeira, 9, o novo desembargador, Raimundo Itamar Lemos Fernandes Júnior, em evento restrito, com limitação de pessoas, realizado na sede administrativa do Tribunal.

Em pronunciamento, Raimundo Itamar Júnior contou um pouco da sua
trajetória até o ingress no quadro de
desembargadores do tribunal e reafirmou seu compromisso com os cidadãos. "É o resultado de um sonho, pois
entrei como juiz substituto no ano de
1994. Instalei o Fórum de Marabá, fui o
primeiro diretor do Fórum Trabalhista
de Marabá e criamos a primeira Central
de Mandados da região em Marabá. Depois estive em cidades mais próximas
até chegar em Belém, começando pela
4º Vara, até a 16º Vara do Trabalho, che-

gando agora ao desembargo", disse.

"Estou muito grato por esse momento. Hoje é uma emoção muito grande estar aqui, principalmente pelo momento em que o Brasil está vivendo. Gratidão a Deus, a todos que nos ajudaram nessa caminhada. Gratidão ao povo brasileiro, a quem prestamos nós a jurisdição, e procuramos de fato prestar conta de tudo aquilo que nós fazemos", pontuou.

A presidente do TRTB, desembargadora Graziela Colares, foi quem conduziu a sessão e assinou o termo de posse. "Fiquei muito feliz com a nomeação do desembargador Itamar Júnior, por quem tenho apreço, e conheço muito bem sua atuação como juiz do trabalho. Tenho certeza que o tribunal ganha muito com a sua chegada", afirmou a presidente para o site da Justiça do Trabalho.

O novo desembargador recebeu das mãos da presidente o PIN institucional, que o identifica como integrante do segundo grau da magistratura. Estiveram presentes na cerimônia a vice-presidente do TRT8, desembargadora Maria Valquíria Norat Coelho, a corregedora, desembargadora Mary Anne Acatauassú Ca-

melier Medrado e servidores da casa, além dos familiares do empossado. O magistrado integrará a 2ª Turma de Julgamento. Promovido por critério de merecimento, passa a ocupar a vaga deixada pelo desembargador Herbert de Matos, agora aposentado.



URNAS MOCHILA

O Tribunal Regional Eleitoral do Pará e a Associação Polo Produtivo Pará, que administra a Fábrica Esperança, lançaram o projeto "Votos de Esperança". O termo de cooperação foi assinado pela presidente do TRE, desembargadora Luiza Nadja, e pelo diretor da Polo Produtivo, Artur Jansen. O projeto vai transformar umas de lona inserviveis em sacolas e mochilas ecológicas, confeccionadas pelos egressos do Sistema Penitenciário, para serem distribuídas aos alunos dos cursos promovidos pela Associação, juntamente com uniformes e material escolar,



RD REPÓRTER

Por unanimidade, o Conselho Superior do Ministério Público do Estado decidiu pelo não arquivamento do inquérito civil que investiga a filha do ex-governador Simão Jatene, Izabela, e o ex-titular da Secretaria da Fazenda, Nilo Noronha, que foram flagrados por uma escuta da Polícia Civil, no ano de 2014, em que Izabela Jatene pedia a Nilo a lista de 300 maiores empresas estaduais para 'começar a buscar um dinheirinho delas'. A procuradora de Justiça, Socorro Mendo, que é a relatora do caso, pediu novas diligências para apurar a eventual evolução patrimonial dos envolvidos na investigação.

PATRIMÔNIO

A relatora afirmou em seu pedido que o arquivamento seria uma atitude prematura, já que os fatos ainda não foram elucidados. As declarações de Imposto de Renda de Izabela enviadas ao MP se mostraram insuficientes. Segundo a investigada, a informação sobre seus bens estava na declaração do seu cônjuge, e essa documentação foi pedida pelo MP em fevereiro deste ano. Além disso, não houve ainda a análise da evolução patrimonial de Nilo Noronha. A defesa de Izabela Jatene alega que o tal dinheiro seria para um 'fundo de combate à pobreza', que não tinha amparo legal.

LINHA DIRETA

A publicação #Ecodicas, lançada ontem durante a Semana do Meio Ambiente do TJPA e disponível no site do órgão, traz ideias para o uso consciente de recursos como água, energia elétrica, papel e dicas de descarte e reciclagem no local de trabalho.



Homem que matou grávida de 9 meses é condenado

JUSTIÇA

Alessandro Camilo, que matou Ana Karina Guimarães em Parauapebas, sudeste paraense, em 2010, época em que a jovem esperava um filho dele, foi condenado pelo Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) nesta quinta-feira (10), a 24 anos de prisão. O crime chocou a população e teve seu desfecho na noite de hoje, mais de uma década após o assassinato. Alessandro Camilo, de 48 anos, foi condenado por homicídio duplamente qualificado, crime de aborto e ocultação de cadáver. A atual esposa do acusado, Graziela Barros de Almeida, era acusada de planejar o assassinato junto com Alessandro, mas foi absolvida pelo júri popular. Francisco de Assis, cúmplice que ajudou a ocultar o corpo da vítima, foi condenado a 3 anos e 40 dias de deten-

ção, a princípio em regime semiaberto.

Como o assassino Alessandro já cumpriu pouco mais de sete anos de prisão, terá a redução proporcional e ficará no máximo 17 anos na cadeia. Alessandro Camilo foi o mandante do assassinato de Ana Karina. A jovem, que na época estava no nono mês de sua gestação, não estava mais se relacionando com Alessandro e o cobrava postura de pai. Irritado, Alessandro planejou o assassinado da jovem. Alessandro armou uma emboscada para Ana Karina. O criminoso atraiu a vítima para uma região desabitada, dizendo que iria dar algum dinheiro para a gestação da jovem. No local, já estavam Francisco de Assis Dias e Florentino de Souza Rodrigues, os outros dois acusados no processo. A vítima foi morta a tiros por Alessandro.

PRISÃO PREVENTIVA ACUSADO DE LATROCÍNIO É PRESO

O crime aconteceu na noite do dia 7 de abril deste ano no conjunto Rouxinol, área do bairro Jaderlândia, em Castanhal.

APÓS INVESTIGAÇÕES

Tiago Silva

Policia Civil do Estado do Pará, por meio da Divisão de Homicídios (DH) da cidade de Castanhal, região metropolitana de Belém, deu cumprimento ao mandado de prisão preventiva expedido pelo Poder Judiciário contra Jhonathan Warlysson Canuto Alves, um dos suspeitos de envolvimento em um latrocínio (roubo seguido de morte) em que teve como vitima Jean Luiz de Souza Mello, de 44 anos. O crime aconteceu na noite do dia 7 de abril deste ano no conjunto Rouxi-nol, área do bairro Jaderlândia, em Castanhal.

De acordo com informações repassadas pela Polícia Civil, Jean era proprietário de um imóvel residencial no conjunto Rouxinol e há alguns meses havia alugado para Jhonathan. No dia 7 de abril deste ano, Jhonathan enviou uma mensagem para que Jean fosse até o imóvel receber o valor referente ao aluguel. Ao chegar em uma motocicleta, Jean notou algo de estranho no local e tentou dar a volta no quarteirão, mas foi surpreendido na rua dos fundos, sendo atingido por disparos de arma de fogo e acabou morrendo no local. Na ocasião, a motocicleta da vítima foi roubada, porém depois foi recuperado, o que possibilitou a identificação de mais um dos suspeitos, Walber de Castro Amorim, que também se encontra com mandado de prisão pelo latrocínio e agora é considerado foragido.

Jhonathan Warlysson Canuto Alves foi preso na tarde de ontem. Após ser ouvido na delegacia de Castanhal, Jhonathan ficou de ser encaminhado ao Centro de Recupera-

ção de Castanhal (CRCAST). onde permanecerá custodiada em regime inicialmente fechado até outra decisão do Poder Judiciário.

Um suspeito foi preso e outro está



FOTOS: DIVULGAÇÃO

niao@diarioonline.com.br Você gostaria de comentar? www.diarioonline.com.br







CIDADES

PODCASTS

ENTRETENIMENTO

ESPORTES

NOTÍCIAS

TVEFAMOSOS

DESFECHO

Caso Ana Karina: empresário é condenado a 24 anos de prisão em regime fechado

() 11 JUN 2021 - 08H05 | ATUALIZADO 11 JUN 2021 - 09H06 | (7 Compartithar 15)



O empresário Alessandro Camilo de Lima foi condenado a 24 anos de prisão, em regime fechado, pelo assassinato da jovem Ana Karina Guimarães. O crime ocorreu em 2010, no município de Parauapebas, região sudeste do Pará. Alessandro, Graziela Barros Almeida e Francisco de Assis Dias foram julgados na última quinta-feira, 10, no Fórum Criminal de Belém.

A defesa de um dos réus solicitou a transferência do julgamento para a capital paraense, o que foi atendido pelo Tribunal de Justiça do Estado (TJPA).

Inicialmente o caso seria julgado pela Justiça de Parauapebas. Porém, foi alegado que o município não oferecia proteção suficiente aos acusados.

O empresário foi reconhecido como autor dos crimes de homicídio duplamente qualificado, aborto de terceiro e ocultação de cadáver. Francisco de Assis Dias foi condenado a três anos e 40 dias de reclusão, em regime semiaberto, por ocultação de cadáver. Já Graziela Barros Almeida foi absolvida pelos três crimes.





CIDADES

PODCASTS

ENTRETENIMENTO

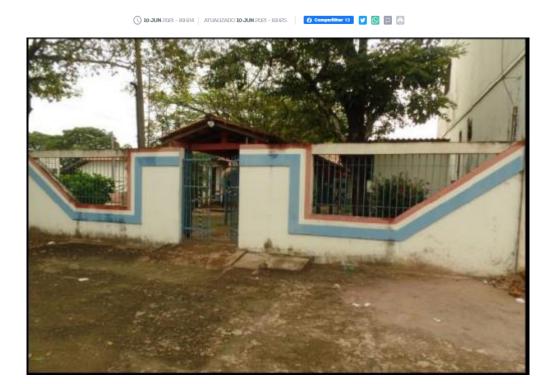
ESPORTES

NOTÍCIAS

TVEFAMOSOS

DESCASO

MP pede à Justiça que Governo do Pará seja obrigado a reformar escola em péssimas condições em Santarém



O Ministério Público do Pará recorreu à Justiça para cobrar do Governo do Estado, a reforma de uma escola estadual que está em condições de abandono no município de Santarém.

Uma Ação Civil Pública (ACP) foi ajuizada no dia 27 de maio, pela 8ª Promotoria de Justiça de Santarém, pedindo ajustiça que determine ao Estado que atenda as demandas de melhoria física e de pessoal da Escola Estadual de Ensino Fundamental Barão do Tapajós, localizada na travessa Dois de Junho, nº 349, bairro Aldeia.

A escola com cerca de 300 alunos, já cobra uma reforma desde o ano de 2016, mas o pedido ainda não foi aceito pela administração pública. A Ação decorre de procedimento instaurado na promotoria no ano de 2017, pelo qual foi constatado a deficiência estrutural física e de pessoal no educandário, com prejuízo à comunidade escolar.

O atual quadro funcional é composto por um diretor, um vice-diretor, dois pedagogos, 20 professores, uma secretária, um auxiliar administrativo, um servente, duas merendeiras e dois vigias, e que segundo MP "não é suficiente para atender a demanda do educandário, considerando as peculiaridades do período da pandemia".

Além disso, em abril deste ano, o Corpo de Bombeiros encaminhou relatório técnico de uma vistoria realizada na escola, atestando que não há medidas de segurança contra incêndio e emergências. Medidas ainda não foram tomadas para resolver o problema.

O MPPA requer ainda uma medida liminar para que seja determinado prazo de 120 dias, para que o Estado do Pará faça a reforma, seguindo os parâmetros normativos aplicáveis, incluindo a cobertura, pois praticamente toda as salas estão atingidas com infiltração; instalações sanitárias; cozinha; salas de aula, que tem problemas de climatização, ventilação e iluminação; salas administrativas; e acessibilidade nos banheiros, acessos e corredores.

A Ação requer também a obrigação de aumentar o pessoal do quadro funcional, com a destinação de, pelo menos, um pedagogo, um auxiliar administrativo, dois serventes e dois porteiros para atender a escola, conforme informado pela Direção, além da adequação quanto às medidas de segurança contra incêndio e emergências. Em caso de não cumprimento, é pedido a fixação de multa, no valor de R\$ 100 mil por dia de descumprimento.



A vítima na época do crime estava grávida de 9 meses. | Foto Reprodução Ouça esta reportagem

Em maio de 2010, Ana Karina Guimarães, de 29 anos, estava grávida de 9 meses e foi morta a tiros, após ter sido vítima de uma emboscada realizada pelo empresário e pai da criança Alessandro Camilo, em Parauapebas, município do sudeste do Pará. Ele e mais três pessoas estavam sendo julgadas pelo crime.

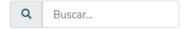
PUBLICIDADE

Após 10h de julgamento saiu finalmente a sentença: Alessandro foi condenado a 24 anos de prisão. Já Francisco de Assis, que teria ocultado o corpo, foi sentenciado a três anos de regime aberto, dos quais já teriam sido cumpridos enquanto aguardava o julgamento.

Graziela Barros de Almeida, noiva de Alessandro na época do crime, foi absolvida das acusações, o que revoltou a mãe da vítima.

"Estou indignada, pois sei que ela [Graziela] devia ter envolvimento no crime. Tenho certeza que arquitetou o plano", disse a mãe, que até hoje nunca soube onde foi parar os restos mortais da filha.





PARÁ CONCURSOS NOTÍCIAS ESPORTES ENTRETENIMENTO TUÉDOIDÉ? GALERIAS DOLPLAY DOLCAST COLUNISTAS

*

NOTÍCIAS / NOTÍCIAS PARÁ

PARAUAPEBAS

Ana Karinna: homem que matou grávida de 9 meses é condenado

Alessandro Camilo teve a sentença lida na noite desta quinta-feira (3)

• quinta-feira, 10/06/2021, 19:48 - Atualizado em 10/06/2021, 19:59 - 🕹 Autor: Redação













Ana Karinna estaava no nono mês de gestação quando foi morta | Reprodução

Alessandro Camilo, que matou Ana Karina Guimarães em Parauapebas, sudeste paraense, em 2010, época em que a jovem esperava um filho dele, foi condenado pelo Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) nesta quinta-feira (10), a 24 anos de prisão.

O crime chocou a população e teve seu desfecho na noite de hoje, mais de uma década após o assassinato. Alessandro Camilo, de 48 anos, foi condenado por homicídio duplamente qualificado, crime de aborto e ocultação de cadáver.

PUBLICIDADE

A atual esposa do acusado, Graziela Barros de Almeida, era acusada de planejar o assassinato junto com Alessandro, mas foi absolvida pelo júri popular. Francisco de Assis, cúmplice que ajudou a ocultar o corpo da vítima, foi condenado a 3 anos e 40 dias de detenção, a princípio em regime semiaberto.

Como o assassino Alessandro já cumpriu pouco mais de sete anos de prisão, terá a redução proporcional e ficará no máximo 17 anos na cadeia.

O Crime

Alessandro Camilo foi o mandante do assassinato de Ana Karina. A jovem, que na época estava no nono mês de sua gestação, não estava mais se relacionando com Alessandro e o cobrava postura de pai. Irritado, Alessandro planejou o assassinado da jovem.

Alessandro armou uma emboscada para Ana Karina. O criminoso atraiu a vítima para uma região desabitada, dizendo que iria dar algum dinheiro para a gestação da jovem. No local, já estavam Francisco de Assis Dias e Florentino de Souza Rodrigues, os outros dois acusados no processo. A vítima foi morta a tiros por Alessandro.



Justiça torna réus ex-secretários de Saúde de Faro acusados de uso irregular de verba contra a Covid

De acordo com a denúncia, os acusados delegaram de forma ilegal os serviços de segurança pública a empresas particulares.

Por G1 Santarém — PA

11/06/2021 11h16 - Atualizado há 8 minutos





UBS do distrito de Nova Maracanã, teve registro de falta de oxigênio para pacientes de Covid-19 no início de 2021 — Foto: Reprodução/Redes Sociais

A Justiça Federal recebeu denúncia criminal do Ministério Público Federal (MPF) contra dois ex-secretários de Saúde de Faro, no oeste do Pará, acusados de delegarem ilegalmente serviços de segurança pública a empresas particulares. Além dos ex-secretários Victor Guerreiro Almeida e Izabel da Assunção Guimarães Pinto, dois empresários também foram denunciados.

O G1 tenta contato com os acusados.

De acordo com a denúncia, as contratações foram feitas em 2020 com R\$ 175 mil em recursos federais destinados ao combate à pandemia de Covid-19. Em

CLIPPING DE NOTÍCIAS DO TJPA

janeiro deste ano, gestores municipais informaram à imprensa que o município chegou a ficar sem oxigênio hospitalar e precisou recorrer a doações e empréstimos para conseguir medicamentos para pacientes.

As duas dispensas de licitação tinham como objetivo a contratação de empresa de segurança privada para prestação de serviços de vigilância e segurança privada para guarnição do combate à pandemia. Segundo a denúncia, além de o exercício do poder de polícia não ser delegável a empresas que não integrem a administração pública indireta, as empresas contratadas pelas dispensas não possuem autorização da Polícia Federal para atuarem como prestadoras de serviços de segurança privada.

O recebimento da denúncia, divulgado pelo MPF nesta sexta-feira (11), significa que a Justiça considerou haver indícios suficientes sobre a ocorrência e a autoria de crimes, e transforma os acusados em réus. Eles agora serão processados e julgados por dispensa indevida de licitação, crime com pena de até cinco anos de prisão e multa, além de agravantes.

Improbidade

Além da ação criminal na Justiça Federal, os réus também foram processados por improbidade administrativa. A ação foi ajuizada pelo Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) na Justiça Estadual. Antes do ajuizamento da ação e após indagações do MPPA, o município chegou a anular uma das dispensas de licitação. No entanto, o MPPA detectou que a assinatura digital da anulação da dispensa só foi feita quase 80 dias depois da data registrada no documento.

O MPPA informou que em vistoria realizada em barreiras em rodovia estadual e na hidroviária do município, encontrou profissionais de segurança privada, que informaram trabalhar para as empresas selecionadas por dispensa de licitação. A vistoria foi realizada por membro do MPPA quase 140 dias após a data registrada no documento de anulação da dispensa de licitação de uma das empresas.



Empresário acusado de matar jovem grávida em Parauapebas, no PA, é condenado a 24 anos de prisão

Grávida aos nove meses, Ana Karina Guimarães foi morta a tiros em 2010. O corpo foi jogado em rio e nunca foi encontrado.

Por G1 PA — Belém, PA 10/06/2021 21h15 · Atualizado há 14 horas





Ana Karina estava grávida de 9 meses quando foi morta a mando do pai do bebê, que se recusava a pagar pensão — Foto: Reprodução/TV Liberal

O empresário Alessandro Camilo Lima foi considerado culpado pela Justiça do Pará por homicídio qualificado, aborto e ocultação de cadáver no caso do assassinato de Ana Karina Guimarães, morta aos 29 anos e grávida de 9 meses em 2010 na cidade de Parauapebas, sudeste do estado. A jovem foi jogada no rio e o corpo nunca foi encontrado.

Apontado como mandante do crime, Alessandro era noivo da vítima e foi condenado a 24 anos de prisão em regime fechado. O julgamento começou pela manhã desta quinta (10) no Fórum Criminal de Belém.

Outros dois réus foram julgados - Francisco de Assis Dias, condenado por ocultação de cadáver e deve cumprir três anos e 40 dias de prisão; e Graziela Barros de Almeida, que foi absolvida de todas as acusações por falta de provas. Ela é noiva de Alessandro.

Alessandro confessou que matou a jovem junto com Francisco e Florentino Rodrigues, que já foi julgado e condenado a 24 anos de prisão, em 2013.



Começa julgamento de acusados pelo assassinato de grávida de 9 meses em Parauapebas

Antes do início do julgamento, representantes de movimentos sociais, que trabalham na defesa dos direitos humanos, estiveram na frente do fórum. Eles realizaram um protesto e deixaram cartazes na porta do prédio, pedindo justiça pela vítima. Na entrada, amigos e familiares colocaram fotos da vítima. Por causa da pandemia, o juiz restringiu o acesso à sala do julgamento.

O Ministério Público afirma que os três acusados tiveram participação no crime e que Ana Karina foi morta a tiros. O corpo teria sido colocado em um tambor e jogado no rio Itacaiúnas.

Ao todo, foram ouvidas seis testemunhas, sendo três presencialmente e três por vídeo conferência. Os acusados respondem em liberdade por homicídio qualificado, aborto e ocultação de cadáver.

Julgamento transferido



Acusados de matar jovem grávida vão a julgamento depois de 11 anos

Na última quarta-feira (9), o Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) determinou que o julgamento dos três acusados fosse realizado em Belém.

A decisão do TJPA atendeu um pedido de desaforamento, que é a mudança de comarca. O caso seria julgado, inicialmente, pela Justiça de Parauapebas, cidade onde ocorreu o crime. No entanto, a defesa dos réus alegou que o município não oferecia a proteção suficiente aos acusados.

O pedido de mudança de comarca foi protocolado na Justiça do Pará em 2018. Na ocasião, o julgamento dos acusados estava marcado para ocorrer em Parauapeas, mas foi suspenso devido à entrada do recurso.

Entenda o caso

Alessandro Camilo é apontado pelo Ministério Público como mandante do crime e teve <u>pedido de habeas corpus negado</u>. Ele teria planejado o assassinato com o apoio de sua noiva, Graziela Barros de Almeida, e atraído a vítima para uma emboscada. Alessandro, sob o argumento de que repassaria valores a Ana Karina para as despesas do parto, marcou encontro com a vítima, levando-a para um local ermo, onde já aguardavam Francisco de Assis Dias e Florentino de Souza Rodrigues, os outros dois acusados no processo.

A vítima foi morta a tiros, sendo depois colocada em um tambor que estaria na carroceria da caminhonete de Alessandro, e jogada no rio Itacaiunas. Antes, no entanto, os acusados teriam colocado pedras no tambor e feito perfurações, para que permanecesse no fundo do rio.

- BELÉM
- PARAUAPEBAS



Começa julgamento de acusados de matar jovem grávida em Parauapebas, no Pará

Três homens são acusados de assassinar Ana Karina, em 2010. Jovem estava no nono mês de gestação na época do crime. Ainda não há previsão de quando será proferida a sentença.

Por G1 PA — Belém, PA 10/06/2021 12h16 · Atualizado há 23 horas





Ana Karina estava grávida de 9 meses quando foi morta a mando do pai do bebê, que se recusava a pagar pensão — Foto: Reprodução/TV Liberal

Começou na manhã desta quinta-feira (10), no Fórum Criminal de Belém, o julgamento dos três réus acusados de envolvimento no assassinato de Ana

CLIPPING DE NOTÍCIAS DO TJPA

Karina, de 29 anos, morta em 2010. Segundo a Justiça, ainda não há previsão de quando será proferida a sentença.

O crime ocorreu no município de Parauapebas, no sudeste do Pará. Na época, Ana Karina estava grávida, no nono mês de gestação. O pai da criança é apontado pelo Ministério Público como o mandante do crime. O corpo da jovem e do bebê nunca foram encontrados.



Acusados de matar jovem grávida em Parauapebas são julgados em Belém

Segundo o MP, os julgados nesta quinta são:

- Alessandro Camilo (apontado como mandante do crime)
- Francisco de Assis Dias (apontado como executor)
- Florentino de Souza Rodrigues (apontado como executor)

Antes do início do julgamento, representante de movimentos sociais, que trabalham na defesa dos direitos humanos, estiveram na frente do fórum. Eles realizaram um pequeno protesto e deixaram cartazes na porta do prédio, pedindo justiça pela vítima.

Julgamento transferido



Acusados de matar jovem grávida vão a julgamento depois de 11 anos

Na última quarta-feira (9), o Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) determinou que o julgamento dos três acusados fosse realizado em Belém.

A decisão do TJPA atendeu um pedido de desaforamento, que é a mudança de comarca. O caso seria julgado, inicialmente, pela Justiça de Parauapebas, cidade onde ocorreu o crime. No entanto, a defesa dos réus alegou que o município não oferecia a proteção suficiente aos acusados.

O pedido de mudança de comarca foi protocolado na Justiça do Pará em 2018. Na ocasião, o julgamento dos acusados estava marcado para ocorrer em Parauapeas, mas foi suspenso devido à entrada do recurso.

Entenda o caso

Alessandro Camilo é apontado pelo Ministério Público como mandante do crime e teve <u>pedido de habeas corpus negado</u>. Ele teria planejado o assassinato com o apoio de sua noiva, Graziela Barros de Almeida, e atraído a vítima para uma emboscada. Alessandro, sob o argumento de que repassaria valores a Ana Karina para as despesas do parto, marcou encontro com a vítima, levando-a para um local ermo, onde já aguardavam Francisco de Assis Dias e Florentino de Souza Rodrigues, os outros dois acusados no processo.

A vítima foi morta a tiros, sendo depois colocada em um tambor que estaria na carroceria da caminhonete de Alessandro, e jogada no rio Itacaiunas. Antes, no entanto, os acusados teriam colocado pedras no tambor e feito perfurações, para que permanecesse no fundo do rio.